

COMUNICADO

Acordo entre MPBA, Juazeiro e IDIB cancela concursos públicos, assegura devolução das taxas aos candidatos e prevê novo certame

O Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA), o Município de Juazeiro, o Serviço de Água e Saneamento Ambiental (SAAE) e o Instituto de Desenvolvimento Institucional Brasileiro (IDIB) firmaram acordo, nesta terça-feira (1), para encerramento consensual dos concursos públicos lançados em 2024, cujo andamento estava suspenso por decisões judiciais. A medida visa assegurar segurança jurídica, evitando que a longa tramitação judicial das ações impeça o Município de prover os cargos públicos efetivos com mais celeridade.

De acordo com a promotora de Justiça, Joseane Nunes, “a solução construída preserva os interesses de aproximadamente 13.592 candidatos, com garantia de devolução dos valores pagos a título de inscrição. O Município de Juazeiro também se comprometeu a realizar a revisão administrativa de seus quadros, de modo que o novo concurso reflita as reais necessidades da gestão pública”.

Esse acordo foi construído com a intermediação do Compór – um setor especializado do Ministério Público para promover o diálogo e resolver conflitos complexos de forma eficiente. Desde o início do procedimento, em 24 de abril de 2025, foram realizadas sete sessões conjuntas de mediação com todos os envolvidos. Com isso, foi possível encontrar uma solução conjunta para um problema que afetava mais de 13 mil pessoas e evitar que a situação se arrastasse por muito tempo na Justiça.

O acordo prevê a extinção do contrato entre o Município e o IDIB, a revogação dos concursos diante do elevado grau de judicialização e a realização de novo concurso público, com cronograma fixado para abril de 2026, que será acompanhado pela 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro.

Além disso, estabelece mecanismos claros para a restituição de cerca de R\$ 2,3 milhões aos inscritos, em três etapas sucessivas, **no prazo de até 90 dias úteis**.

O prefeito de Juazeiro, Andrei Gonçalves, explica que a devolução das taxas será realizada pela Prefeitura, de forma individualizada, transparente e amplamente divulgada por meio de canais oficiais (sites do IDIB e do município) e extraoficiais, tendo início após o recebimento e tratamento do banco de dados dos candidatos.

Para garantir a efetiva comunicação com os candidatos, será publicado comunicado no site oficial do IDIB, com informações detalhadas sobre o cronograma e os procedimentos para solicitação do reembolso.

O acordo foi resultado de esforço coletivo realizado pelas instituições na construção de uma solução extrajudicial, marcada pelo diálogo e cooperação entre os entes públicos e privados, reafirmando o compromisso com a legalidade, a transparência e a proteção do interesse público no contexto dos concursos públicos municipais.

Fontes: MPBA, Ascom PMJ e IDIB